
CONTRIBUIÇÕES DOS POSTULADOS MARXISTAS PARA ENTENDER A HISTORIA DA EDUCAÇÃO

CONTRIBUTIONS OF MARXIST POSTULATES TO UNDERSTAND THE EDUCATION OF HISTORY

LAS CONTRIBUCIONES DE LOS POSTULADOS MARXISTAS PARA COMPRENDER LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN

João Carlos da Silva¹

Mara Cristine Vitorino da Silva²

Resumo: Este artigo discute alguns postulados marxistas, no contexto do debate historiográfico atual. Longe de ser uma ciência neutra, a história da educação sempre esteve a serviço de determinados objetivos políticos. Buscamos uma visão panorâmica do processo de construção da concepção materialista-dialética da histórica. Pretendemos pontuar algumas questões teórico-metodológicas partindo dos seguintes questionamentos: Os postulados marxistas têm algo a contribuir para entender a história da educação? Classe social é uma categoria superada para estudar história da educação? Nossa análise está calcada na leitura de algumas obras de Marx, observando nelas elementos que ajudam nesta compreensão.

Palavras-chave: Marxismo; história da educação; historiografia.

Abstract: This article discusses some Marxist postulates, in the context of current historiographical debate. Far from being a neutral science, the history of education has always been at the service of certain political goals. We seek an overview of the construction process of dialectical-materialist conception of history. We intend to score some theoretical and methodological issues based on the following questions: The Marxist postulates have something to contribute to understanding the history of education? Social class is a category overcome to study the history of education? Our analysis is grounded in reading some works of Marx, watching them elements that help in this understanding.

Keywords: Marxism, education, of history, historiography

Resumen: En este artículo se describen algunos postulados marxistas, en el contexto del actual debate historiográfico. Lejos de ser una ciencia neutral, la historia de la educación fue siempre al servicio de ciertos objetivos políticos. Estamos en la búsqueda de unas vistas panorámicas sobre el proceso de construcción de concepción materialista-dialéctica de la historia. Lo hemos conseguido algunos teórico-metodológico preguntas basado en las siguientes preguntas: los postulados marxistas tiene algo que contribuir a entender la historia de la educación? Clase Social es una categoría superar a estudiar la historia de la educación? Nuestro análisis se basa en leer algunas obras de Marx, observando en ellas elementos que ayudan en esa comprensión.

Palabras clave: el marxismo; la historia de la educación; la historiografía.

Introdução

Nos últimos anos a área de História da Educação tem multiplicado o *modus operante* nos estudos com práticas de pesquisa pouco rigorosas, caracterizadas por uma abordagem eclética e contraditória,

aprofundando os limites e desafios do campo de ensino e de pesquisa ainda com pouca tradição disciplinar.

Os postulados marxistas têm algo a contribuir para entender a história da educação? Classe social é uma categoria superada para estudar história da educação? Podemos chegar à conclusão que sim, ao considerarmos a produção cada vez maior de trabalhos e publicação de livros com distanciamento no tratamento das questões educacionais e suas relações com a conjuntura econômica. É fato que a história mudou de conteúdo, principalmente na forma como ela é vista e trabalhada pelos historiadores de ofício. Mas não seria um equívoco desconsiderar as relações sociais de produção em um momento histórico em que as crises econômicas e mercado financeiro têm pautado o cotidiano das pessoas? Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso (1997) no clássico, *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*, pontuam os aspectos metodológico-metodológicos mapeando de posições acerca da história educacional.

Os mesmos autores colocam como campos de investigação e linhas de pesquisa, objetos e problemáticas mais específicos, selecionando alguns campos: História Agrária, História Urbana, História das Paisagens, História da Família e Demografia Histórica, História do Cotidiano e da Vida Privada, História das Mulheres, História e Sexualidade, História e Etnia, História das Religiões e Religiosidades. Não pretendemos responder a todas estas indagações pontuadas, mas na condição de professor de história da educação, contribuir com as discussões historiográficas e seus reflexos na contemporaneidade, no sentido de compreender os desafios colocados aos profissionais e pesquisadores da área.

Considerações sobre as abordagens historiográficas

Nas últimas décadas, pesquisas no campo da história da educação, identificaram a presença de duas grandes correntes teórico-metodológicas que dominaram e/ou dominam as investigações no campo da história da educação: o marxismo e a Nova História. A primeira, fruto da análise do passado, que, segundo seus representantes, só poderia ser feita a partir deste prisma das relações de classe, visando à busca de uma práxis revolucionária. A segunda entendida como vasto campo de abordagens, denominada *Escola dos Anais*, sobretudo a partir dos escritos de Lucien Febvre e Marc Bloch. Coloca-se, neste campo, estudos relativos à história cultural, das mentalidades, conhecida em Dosse como “história em migalhas”.

Neste debate, os postulados de Marx constituem uma ferramenta de grande relevância para entender a história da educação. Bottomore (1983), no *Dicionário do Pensamento Marxista*, considera que o materialismo dialético caracteriza-se como filosofia do marxismo, enquanto o materialismo histórico é definido como a ciência marxista. Marx, ao desenvolver sua concepção materialista da história, enfatizou que o modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada, constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época. Assim, a base material ou econômica constitui a “infra-estrutura” da sociedade, exercendo influência direta na superestrutura, ou seja, nas instituições jurídicas, políticas, leis, Estado e no plano ideológico (artes, religião, moral).

Em *A Ideologia Alemã*, Marx formula sua concepção materialista, estabelecendo relações existentes entre as representações (a ideologia) e as condições materiais da existência ao considerar que o

primeiro ato histórico é a produção dos meios que permitam a satisfação das necessidades vitais do homem, ou seja, a produção da própria vida. Neste sentido, os homens são produtores de suas representações, de suas ideias, os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo intercâmbio das mesmas até chegar às suas formações mais amplas. Marx e Engels explicam este processo com a clássica passagem:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante ‘espiritual’. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual estão submetidos igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebida sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias de seu domínio (MARX; ENGELS, 1980, p. 55).

No *Manifesto do Partido Comunista* por sua vez reafirma o caráter economicista da classe burguesa: “[...] os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal” (MARX; ENGELS, 1998). No prefácio da “Para a Crítica da Economia Política” (1859) temos as “leis mais gerais do materialismo histórico”, quando Marx já acumulava uma série de estudos em torno das ideias da economia política clássica, ao formular os eixos centrais do materialismo histórico reiterando que a base material deve ser o primeiro pressuposto a ser levado em consideração na análise de uma sociedade: “[...] O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX; ENGELS, 1980, p. 136).

Nas últimas três décadas este processo cresceu com a diversificação e renovação das referências historiográficas fortalecidas na busca de outros objetos. Foi nesta época que surgiu, na França e nos Estados Unidos, a *História Social das Idéias* ou *História Sociocultural*, sintetizadas nos estudos de Chartier, na *História Cultural*, em que personagens e eventos considerados periféricos tornam-se centrais, como: *História da Família e Demografia Histórica*, *História do Cotidiano e da Vida Privada*, *História das Mulheres*, *História e Sexualidade*, *História das Idéias ou da Inteligência*, *História da Imprensa*, *História e Etnia*, *História das Religiões Religiosidades* e outros grupos culturais, tendência que acentuando neste início de novo século.

Lucien Febvre, pertencente a primeira geração da Escola dos “Annales”, crítica a história intelectual de sua época, como já mencionamos anteriormente, porque permite a elaboração de uma história desencarnada, ou seja, uma história que isola as condições que possibilitam a sua produção. As ideias ou sistemas de pensamento devem, de acordo com Febvre, estar articulados as demais produções de seu tempo. Há uma estreita relação entre a realidade social e as ideias, mas esta relação não se fundamenta nem na influência nem no determinismo.

Para a tendência marxista, a questão da totalidade passa, a princípio pela discussão da relação infra/superestrutura. As relações de produção, em última instância, determinam a vida sócio-político-cultural. No entanto, alertamos que a totalidade, no marxismo, não deve ser considerada apenas sob o prisma do determinismo econômico, mas, principalmente como resultado de relações dinâmicas e

contraditórias. As formações sociais são “totalidades vivas”, compostas de relações sociais dinâmicas e contraditórias que expressam um modo de produção específico.

Engels, na carta a Bloch, em setembro de 1890, esclarece:

Segundo a concepção materialista, o fator que em última instância determina a história é a produção da vida real. Nem Marx, nem eu jamais afirmamos mais do que isso. Se alguém tergiversa dizendo que o fator econômico é o único determinante converterá aquela tese numa frase vaga, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, porém os diversos fatores da superestrutura que sobre ela se levanta[...]exercem também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, predominantemente em muitos casos, sua forma. É um jogo mútuo, de ações e reações entre todos esses fatores. (ENGELS, 1974, p. 514).

Quando elegemos um objeto histórico para investigar, buscamos a sua significação num determinado contexto histórico. A esse respeito nos revela Goldmann (1979, p. 5-6):

[...] toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso do conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente.

A busca da totalidade na história não vai à direção de uma história “generalista” ou “totalizante”, mas na busca do “significado” daquele acontecimento histórico numa determinada formação social. Por isso, o historiador da educação deve pesquisar o “como” e, principalmente o “por que” dos acontecimentos históricos educacionais. A educação enquanto relação social que permite a transmissão/transformação de conhecimentos e valores não pode ser historiada, contada em si mesma e por si mesma. A educação é parte significativa de uma totalidade, ou seja, de uma determinada formação social.

Ao eleger um objeto histórico no campo educacional, tanto no terreno da subjetividade quanto no terreno das estruturas, o historiador, ao compor suas explicações históricas, busca-se da significação daquele pensamento, ação ou organização no contexto educacional de um período histórico. Nesse sentido, “uma ideia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento” (GOLDMANN, 1979, p. 8).

A história da educação tem inovado e incorporado categorias, como gênero, etnia e de geração ao lado da classe social, hoje questões fundamentais para entender o que foi a educação brasileira. Outra tendência é realizar estudos mais localizados com realidades mais circunscritas e com períodos mais curtos de tempo, anacronicamente tendia-se a considerar os estados ou cidades que são atualidades como igualmente importantes no passado.

Lombardi (2004), por sua vez, ao discutir significado da palavra história e história da educação, centra suas observações sobre os vários sentidos que o termo história implica, e a ambiguidade que o termo apresenta como uma moeda de diferentes faces, buscando seu entendimento a partir da análise marxista de tais conceitos.

O pensamento de Marx no século XX

Marx trouxe a tona um novo entendimento acerca do mundo e de suas relações, partindo de uma premissa: a célula econômica da sociedade burguesa é a mercadoria. Com base nela, pesquisou o modo de produção capitalista e suas relações da produção e de circulação, tendo a Inglaterra campo clássico. Partiu do pressuposto de que o país mais desenvolvido representa a imagem futura do menos desenvolvido, isto é, a forma de dominação do capital será de acordo com o grau de desenvolvimento.

Um objetivo muito claro lhe interessava: desvendar as leis que regem o desenvolvimento da propriedade. O movimento social é um processo histórico-natural, governado por leis próprias independentes da vontade individual e das intenções, em que cada período histórico possui leis distintas. Com o desenvolvimento das forças produtivas mudam as relações sociais. A sociedade capitalista, nascida a partir da dissolução do modo de produção feudal, produziu avanços das forças produtivas, jamais visto na história. A mudança do sistema feudal para o sistema capitalista se deu através da força bruta bem como do uso do Estado como repressão às forças que se opuseram a este processo, nos diferentes países da Europa: “O sistema colonial, a dívida pública, os impostos pesados, o protecionismo, as guerras comerciais, etc. Esses rebentos do período manufatureiro desenvolvem-se extraordinariamente no período infantil da indústria moderna” (MARX, 1994, p. 875).

A expropriação das massas, de todos os seus direitos, inclusive dos meios de subsistência, foi característico deste período os antigos trabalhadores (servos) converterem-se em proletários. O surgimento da propriedade privada é que dará sustentação a nova sociedade formada, na sua base material. A nova sociedade criou meios materiais de sua própria dissolução e eliminação. O sistema capitalista será fundamentado na exploração do trabalho alheio.

O século XIX é o auge do desenvolvimento do capitalismo, em que diferentes projetos sociais de transformação social se colocavam de maneira contraditória. De um lado, a burguesia, que se consolidava como classe detentora do capital. De outro, o proletariado, que se colocava como classe ameaçadora do poder econômico hegemônico. Marx (2002), nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, adota como eixo da análise a contradição entre propriedade privada e trabalho, ao concluir que a economia política, tomou inteiramente partido em favor da propriedade privada.

O trabalho focalizado pela economia clássica não é o trabalho em geral, mas o trabalho alienado, isto é, o trabalho submetido ao capital que se transformou em guerra “[...] guerra industrial, para produzir resultados [...]” (MARX, 2002, p. 79). A questão das classes sociais aparece em Marx, em uma dimensão histórico-científica, atribuindo-lhe o papel básico nas transformações sociais e políticas. É nas relações de produção que Marx, procura definir a classe, ao considerá-las o motor da história “[...] Todas as sociedades anteriores, como vimos, se basearam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas” (MARX, s.d., p.30).

Lançado na primavera de 1848, o *Manifesto do Partido Comunista*, obra de grande impacto nas lutas políticas, tornou explícita a guerra entre capital e trabalho, expressando o espírito revolucionário presente, em que a classe proletária tornasse classe ameaçadora da ordem burguesa. “[...] Para nós, o comunismo não é um estado que deva ser implantado, nem um ideal que a realidade deve obedecer. Chamamos o

comunismo ao movimento real que acaba com o atual estado de coisas. As condições deste movimento resultam das premissas atualmente existentes” (MARX, 1998, p. 32).

Marx, ao considerar o trabalho sob sua forma alienada como trabalho-alienado, teceu críticas aos ortodoxos da economia-política clássica, pois os mesmos ocultaram a verdadeira relação entre empregado e empregador. O empregado, ao trabalhar, não consegue comprar com o salário nem mesmo o produto que ele produziu. Eis a contradição central: quanto mais civilizado é o produto que ele produziu, mais bárbaro ele se torna. Nos Manuscritos, Marx (2002), explicita a crítica ao trabalho humano na sociedade moderna, a partir das ideias da economia política: “O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se encontrar um comprador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas” (MARX, 2002, p. 66).

Marx (2002) ao refutar as teses dos economistas de sua época, considera que a história das ideias, os fenômenos políticos, religiosos e filosóficos remetem às causas mais profundas, ou seja, à história das relações entre os homens com a natureza. Neste sentido, seu procedimento metodológico indica a necessidade de realizar incursões sobre as estruturas sociais e econômicas existentes, antes de fazer outras análises. Por outro lado, concordando com a economia política, Marx reafirma o trabalho como fundamento de toda a riqueza e de toda a propriedade, mas, na sua forma alienada, isto é, no regime da propriedade privada.

No interior da ordem capitalista, o trabalho caracteriza-se pela produção de mercadoria, ao ser considerado o modo de produção capitalista como uma “[...] imensa coleção de mercadorias.” (MARX, 1981, p.45). A partir do seu valor de uso e valor de troca, isto é, de circulação. O primeiro consiste à utilidade da mercadoria, em seu valor de uso, em que uma mercadoria visa satisfazer determinadas necessidades humanas. O segundo corresponde ao valor de troca da mercadoria. Marx (1994), ao discutir o processo da mais valia, em *O Capital*, explica que o trabalho é a atividade vital. “A produção capitalista não apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza” (MARX, 1994, p. 584).

Examinando com rigor as teses da economia política burguesa, Marx revela suas contradições, ao afirmar que a propriedade privada é um pressuposto da existência da ordem capitalista. Na sociedade burguesa, diferente do que acreditavam os idealistas e os positivistas, não reina a harmonia, mas os conflitos, os interesses privados, o roubo. O ser capitalista, não consiste tão somente assumir uma posição pessoal, mas uma posição social, ou seja, “[...] O capital não é, pois, uma força pessoal; é uma força social” (MARX, 1998, p. 32). O autor aprofunda a análise em torno da lógica da produção capitalista em *O Capital* V. II, em relação ao caráter excludente do homem no resultado final da produção:

O que o possuidor de dinheiro encontra no mercado não é o trabalho, mas o trabalhador. O que este vende é sua força de trabalho. Ao começar totalmente seu trabalho, já deixa este de pertencer-lhe, não lhe sendo mais possível vendê-lo. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não tem nenhum valor (MARX, 1994, p. 619).

Marx caracteriza as contradições da luta entre as classes sociais, considerando a tendência natural do capitalismo em aprofundar a separação entre capital e trabalho. Marx indica o papel histórico da classe operária: “Logo que nasce começa sua luta contra a burguesia. Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (MARX, 1998, p. 28).

No Prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx desferiu um duro golpe no idealismo, dando base ao chamado materialismo dialético, na conhecida passagem: “Não é a consciência do homem que determina seu ser, mas o ser social que determina sua consciência” (MARX, s.d., p. 26). O Método Dialético considera que a história deve ser entendida não como um movimento circular, como mera repetição daquilo que ocorreu, mas como um movimento ascendente, que tem um início, um desenvolvimento, um ápice e uma fase de decadência. Este método parte de três premissas básicas: tudo se transforma tudo se relaciona e a ideia de que as contradições são as forças motrizes da transformação. Neste sentido, procura explicar as crises econômicas do capitalismo, onde a propriedade privada dos meios de produção entra em contradição com o caráter social do processo de produção.

O pressuposto do Materialismo Histórico, o ser social é resultado das suas necessidades materiais de existência, propunha uma análise global onde as mudanças e as forças nas partes interferem no todo e se condicionam mutuamente, tendo como método a Dialética. Marx rejeita a noção do materialismo inerte, linear, baseado na crença de que o pensamento humano somente reflete o mundo material. Este indiscutivelmente existe, mas o nosso pensamento é produto dele bem como da ação humana. Sintetizada assim na tese 11: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes, a questão, porém, é transformá-lo” (MARX, op. cit.).

Marx (2002), nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, analisa as condições de existência do operário partindo de um fator econômico principal, questão central de suas futuras reflexões:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2002, p. 111).

Marx (2002) acusa a economia política de ser a ciência da riqueza, da renúncia, das privações: do ar puro, comer, beber, comprar livros, ir ao teatro, ou ao baile, ao bar, quanto menos cada um, pensar, amar, teorizar, cantar, pintar e poetar. No interior da sociedade burguesa, a luta de classes é travada como uma luta que se realiza no campo econômico, na estrutura econômica, ideológica, na estrutura ideológica, e política na estrutura política.

Na dimensão ideológica, temos a luta entre as ideias da classe burguesa e da classe proletária. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels, formulam que as ideias da classe dominante são as ideias da classe dominante. Portanto, a luta ideológica caracteriza-se pela luta das classes para fazerem valer suas ideias.

As tentativas de evitar a crise e seu aprofundamento foi uma demonstração clara de que a ordem burguesa estava sendo vítima de sua contradição, ou seja, a incompatibilidade entre as relações entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Neste prisma, o capitalismo teria seus dias contados, como apregoava Marx? Tal justificativa dá-se não somente pela miséria por ela produzida, mas pela imensa riqueza que havia criado, mantida a um alto preço. A crise anunciada por Marx, neste prisma não era uma crise de carência, mas crise de superprodução, como nunca havia antes.

Ao colocar em dúvida as verdades até então construídas, Marx, pela primeira vez, denuncia a existência de uma guerra entre capital e trabalho, colocada de maneira aberta onde, colocando os limites históricos, nos quais a burguesia estaria por enfrentar. De classe revolucionária, a classe burguesa, em face da ameaça da organização proletária, passou a colocar-se como classe conservadora, muitas vezes de maneira reacionária, utilizando-se de diferentes táticas e estratégias, de acordo com as ameaças que sofria. As relações materiais de produção de uma sociedade determinam a alienação política, religiosa e ideológica, como consequências inequívocas das condições de dominação econômica. Para contrabalançar o determinismo econômico da teoria, Marx afirmou a existência de uma constante interação e interdependência entre a infraestrutura e a superestrutura, embora, em última instância, os fatores econômicos sejam os determinantes.

O *Manifesto* revela um rico diagnóstico conjuntural da época, denunciando a irracionalidade da ordem capitalista e suas consequências para a humanidade, desvelando o reino da burguesia, construído a partir da exploração do trabalho alheio. Por outro lado, este documento histórico não deve ser analisado como um catecismo, com leis rígidas, mas deve ser analisado como um documento datado, como expressão de um momento histórico, conforme seus autores alertam no Prefácio à Edição Alemã de 1872. Sua publicização procurou evidenciar, para além das discussões mais fechadas das ligas dos comunistas, o que eles pensavam acerca da conjuntura daquele momento histórico, marcando uma posição, contra as críticas dos idealistas, força intelectual hegemônica.

Considerada, a obra mais conhecida entre todos os escritos de Marx, o *Manifesto* coloca-se entre aqueles documentos denunciadores de injustiças sociais, carregado de muita indignação, um clamor de alerta à humanidade, que estava sendo envolvida por um fantasma, para desespero da burguesia, ou seja, o comunismo. Negando a teoria linear da história, Marx afirma que a derrocada da burguesia e a revolução proletária, e, por conseguinte, a tomada do poder político seria uma questão de tempo.

A questão da mundialização do capitalismo e da luta operária impunha a todos os povos a adoção de um único modo de desenvolvimento, colocando sob seu julgo a dominação de todos, padronizando o mundo a sua imagem e semelhança. Os avanços técnico-científicos exigiam a aplicação de capitais em larga escala, produzindo fortes modificações na organização e na administração das empresas monopolistas. A expansão do sistema capitalista conviveu com crises econômicas que ocorreram com certa regularidade no século XIX, sendo consideradas naturais pelos economistas liberais. Hobsbawm (1979), em *A Era do Capital*, ao analisar as transformações econômicas ocorridas entre 1848-1875, assim define este período:

O período do final da década de 1840 até meados da década de 1870 iria provar não ser, contrariamente ao desejo convencional de alguns, o modelo de crescimento econômico, desenvolvimento político, progresso intelectual e realização cultural que iria apesar de tudo, terminar por sobreviver com algumas melhoras, no futuro indefinido, mas ao invés de tudo isso uma espécie de interlúdio. Entretanto, suas realizações globais eram, de qualquer forma, extremamente surpreendentes. Nesta era, o globo estava transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. História, dali em diante, passava a ser história mundial (HOBSBAWM, 1979, p. 66).

A concentração do capital e da produção em grandes corporações multinacionais ou transnacionais substitui em parte a competição e a concorrência por um mercado monopolista, através da associação em cartéis. Com a articulação em cartéis, abertos ou camuflados, as corporações passam a atuar em relativa sintonia, combinando preços, repartindo entre si os mercados, estabelecendo o grau de expansão e de inovação dos produtos em seu campo de ação, combatendo empresas não associada e impedindo o surgimento de concorrentes. A fusão entre capital bancário e capital industrial, da origem ao capital financeiro e estruturando-se em um complexo financeiro-industrial, em que um grupo econômico passa a controlar bancos e indústrias.

Algumas conclusões

A partir das evidências empíricas sobre a fase de desenvolvimento do capitalismo atual, verifica-se que o contexto em que a obra de Marx foi elaborada em pleno momento de crise, radicalismos, guerras, não é muito diferente do momento em que vivemos. A mercadoria, célula da sociedade capitalista, em seu valor de uso e valor de troca, continua sendo a referência do dia-a-dia de todos nós. Aquilo que se colocava, em 1848, no Manifesto tornou-se, ainda mais evidente hoje: as leis de mercado e a apologia à propriedade continuam fazer valer suas forças.

Escrito há mais de 150 anos, o núcleo do pensamento de Marx continua carregado de muita vitalidade e atualidade. Sua bandeira social, o socialismo, continua sendo válida, não somente como um ideal a ser conquistado, mas como uma necessidade histórica. Escrito em um contexto marcado por radicalismos por todos os lados, o pensamento de Marx expressa esta força, ao revelar uma utopia revolucionária, embora Marx não admitisse este termo, cunhado entre os utópicos franceses, continua ainda presente em nossos horizontes. É fato que o marxismo deve ser constantemente revisto à luz da modernidade, assim como toda teoria filosófica. É fato, também, que, em meio a esta crise do marxismo, florescem antigas teses características do final do século XIX, como as teses da economia política clássica, o biologismo social de Darwin e Comte, o idealismo metafísico de Hegel e outras posições conservadoras ainda pouco evidentes.

O cenário favorável às revoluções, descrito por Marx no Manifesto, no final do século XIX, certamente que não é o mesmo do contexto atual. Por outro lado, como alertava Marx, continuamos vivendo em um planeta dominado cada vez mais pela lógica do capital, da mercadoria, da violência, da opressão, do desemprego e das crises cíclicas. O capitalismo nunca conseguiu como antes, um poder tão soberano, completo e universal. A hegemonia do capital financeiro continua corroendo e produzindo a

falência material e moral da sociedade. Certamente, a perspectiva marxista, construída há um século e meio, segue como instrumento valioso para entender a complexidade do mundo contemporâneo.

Não é possível, portanto, analisar somente fatos isolados. Não tem sentido um ensino de História que se restrinja aos fatos e acontecimentos do passado sem estabelecer sua vinculação com a situação presente; como não têm sentido analisar os acontecimentos atuais sem estabelecer sua relação com outros acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais ocorridos na sociedade como um todo.

Concordando com as palavras de Fontana (1998, p. 18), é preciso um projeto de construção de “uma história de todos”, que utilize as “armas da razão” para “combater os preconceitos da irracionalidade” que se apresenta no discurso histórico, que em última instância legitima a ordem social injusta que se apresenta. Finalmente, entendemos que a história do passado deve expressar uma denúncia contra a historiografia descomprometida com as lutas sociais do nosso tempo, em que visões de totalidade ou da chamada história em migalhas não se devem constituir em instrumentos de mero exercício mecânico para explicar ou justificar o presente.

O capitalismo nunca conseguiu como antes um poder tão soberano, completo e universal. A hegemonia do capital financeiro, vendida pelo mercado como “força civilizatória” continua corroendo e produzindo a falência material e moral da sociedade. Certamente, a perspectiva marxista, construída há um século e meio, segue como instrumento valioso para entender a complexidade do mundo contemporâneo e nos estudos da história educacional.

Referências:

- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BURKE, P. *A escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, C. F. *Uma introdução à história*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- GOLDMANN, L. *Ciências Humanas e Filosofia: que é a Sociologia?* São Paulo: Difel, 1976.
- HOBBSAWM, E. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- LOMBARDI, J. C. Historiografia educacional brasileira e os fundamentos teórico-metodológicos da História. In: LOMBARDI, J. C (Org.). *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. p.07-32.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Editorial Presença/Lisboa; Martins Fontes, 1980. v.1-2.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, K. *O Capital*. VI. São Paulo: Difel, 1994.
- MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política do Capital: o rendimento e suas fontes*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

- MARX, K. *A ideologia Alemã* V.1. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- MARX, K. *A ideologia Alemã: Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MARX, K. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In. MARX, K. *Obras escolhidas*. V.1. SP: Alfa Omega. s.d.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Pontes, 1983.
- REIS, J. C. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). *História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2000.
-

Notas:

- ¹ Doutor em Filosofia, História e Educação/FE-UNICAMP. Professor do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação/Mestrado em Educação da UNIOESTE, campus de Cascavel. Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR, História, sociedade e educação - Oeste do Paraná. Email: joão.silva@unioeste.br
- ² Doutoranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: maria.silva@unioeste.br

Recebido em: 12/2012

Publicado em: 06/2013.